



Indicadores de qualidade da Educação Superior Católica no Brasil

**Desempenho confessional no Enade Licenciaturas
e no Enamed 2025 e implicações para a gestão
institucional**

Associação Nacional de Educação Católica (ANEC)
em parceria com o Instituto de Pesquisas do Grupo Crátilo (IPGC)

Relatório Técnico-Analítico: Junho de 2026



ANEC
Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil

Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

Diretoria Nacional

Ir. Iraní Rupolo – Diretora-Presidente
Pe. Charles Lamartine – Vice-Presidente
Pe. Geraldo Adair Da Silva – Diretor 1º Secretário
Ir. Marisa Oliveira De Aquino – Diretora 2ª Secretária
Ir. Marli Araújo da Silva – Diretora 1ª Tesoureira
Ir. Carolina Mureb Santos – Diretora 2ª Tesoureira

Guinartt Diniz – Secretário-Executivo

Gerente da Câmara de Mantenedoras

Fabiana Deflon | mantenedoras@anec.org.br

Gerente da Câmara de Ensino Superior

Roberta Guedes | ensinosuperior@anec.org.br

Gerente da Câmara de Educação Básica

Meily Cassemiro | educacaobasica@anec.org.br

Coordenador do Setor de Animação Pastoral

Walberson Martins | pastoral@anec.org.br

Gerente de Comunicação e Marketing

Anna Catarina Fonseca | gerenciacomunicacao@anec.org.br

Coordenação

Prof. Dr. Bruno A. A. Barreto
Profa. Dra. Roberta Valéria Guedes de Lima

Apoio Técnico

Guilherme Leal e Equipe de Análise IPGC

Diagramação e Projeto Gráfico

Willian Fabricio Ribeiro

Sumário

Apresentação	4
Sumário Executivo	7
1. Introdução e contexto	9
2. Objetivo do relatório	12
3. Base documental e fontes utilizadas	13
4. Análise dos indicadores - Licenciaturas (Enade 2025)	16
5. Análise dos indicadores - Medicina (Enamed 2025)	23
6. Discussão dos resultados à luz da educação católica	28
7. Implicações para gestores de instituições confessionais católicas	31
8. Conclusão	35
9. Considerações finais e encaminhamentos da ANEC às associadas	37
Referências	40



Apresentação

Este relatório técnico-analítico, intitulado *Indicadores de qualidade da Educação Superior católica no Brasil: desempenho confessional no Enade Licenciaturas e no Enamed 2025 e implicações para a gestão institucional*, constitui uma entrega estratégica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). Desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisas do Grupo Crátilo (IPGC), tem o propósito de oferecer às instituições associadas uma leitura qualificada dos resultados das principais avaliações nacionais da Educação Superior realizadas em 2025 e dos desdobramentos para a gestão acadêmica, regulatória e institucional.

Este documento consolida um conjunto de evidências capazes de subsidiar a tomada de decisões estratégicas em um contexto marcado por profundas transformações na política de Educação Superior brasileira. A implementação do novo marco regulatório da Educação a Distância, a reformulação do Enade das Licenciaturas, a criação do Enamed, as novas diretrizes para a formação de professores e o fortalecimento dos processos de avaliação institucional exigem das Instituições de Educação Superior uma atuação cada vez mais orientada por inteligência estratégica, planejamento institucional e monitoramento permanente de indicadores de qualidade.

Os dados apresentados não constituem uma iniciativa isolada. Eles representam um dos produtos institucionais previstos no **Mapa e Planejamento Estratégico da Câmara de Ensino Superior da ANEC para 2026**. A elaboração desta pesquisa materializa dois dos eixos estruturantes da atuação da Câmara. O primeiro deles é o **Sistema de Inteligência do Ensino Superior (SIES)**, concebido para produzir dados, indicadores, análises estratégicas e Business Intelligence (BI) capazes de qualificar a tomada de decisão das instituições associadas e fortalecer a cultura institucional orientada por evidências. O segundo corresponde aos **Programas Acadêmicos Prioritários (PAP)**, voltados ao

acompanhamento permanente de áreas estratégicas para a Educação Superior católica e que promovem diagnósticos, estudos técnicos, compartilhamento de boas práticas e indução de processos de melhoria contínua. Este relatório traduz, em ação concreta, a diretriz da Câmara de transformar informação qualificada em inteligência institucional e inteligência em decisões estratégicas para as associadas.

A produção deste relatório evidencia a consolidação da Câmara de Ensino Superior como um núcleo permanente de inteligência, articulação e incidência institucional da ANEC. Em consonância com o planejamento estratégico, a Câmara amplia a atuação para além da representação institucional e assume um papel ativo na produção de conhecimento, na antecipação de tendências regulatórias, na formulação de posicionamentos técnicos e na oferta de instrumentos que apoiem as instituições católicas na qualificação da gestão acadêmica e dos processos decisórios. Trata-se de uma atuação orientada pela compreensão de que, em um ambiente regulatório cada vez mais complexo, decisões sustentadas por evidências tornam-se condição indispensável para a sustentabilidade e o fortalecimento das instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas.

A análise apresentada reafirma um dado central para a ANEC: as instituições católicas e confessionais não apenas participam do sistema nacional de educação superior, mas demonstram, por meio de indicadores objetivos, elevada capacidade de entrega acadêmica, consistência institucional e compromisso público com a formação humana, científica, ética e profissional. Nas licenciaturas, os resultados evidenciam desempenho superior das instituições católicas em relação à média nacional e aos demais segmentos privados. No curso de Medicina, o desempenho das instituições comunitárias e confessionais confirma um padrão de qualidade que se aproxima das universidades públicas federais e supera, de forma expressiva, os grandes grupos de capital aberto.

Esse conjunto de dados dialoga diretamente com a missão da ANEC de articular, congregar e representar as instituições católicas de educação do Brasil, bem como com a visão de consolidar-se como a principal referência nacional desse segmento. Simultaneamente, este relatório fortalece os objetivos estratégicos da Câmara de Ensino Superior ao produzir inteligência institucional, subsidiar a incidência qualificada nos órgãos reguladores, apoiar a formação da alta gestão e oferecer instrumentos técnicos que potencializam a capacidade de resposta das associadas diante dos desafios contemporâneos da Educação Superior.

A leitura dos dados permite afirmar que a qualidade da Educação Superior católica não pode ser explicada, exclusivamente, pela modalidade de oferta, pelo porte institucional ou pela natureza jurídica das instituições. As evidências

apresentadas demonstram que os melhores resultados estão associados a modelos consistentes de governança acadêmica, projetos pedagógicos sólidos, acompanhamento sistemático de indicadores, cultura institucional de avaliação, compromisso com a formação integral e clareza de missão. A identidade católica revela-se como um diferencial estratégico que orienta práticas de gestão, processos formativos e decisões institucionais comprometidas com a excelência acadêmica e com a responsabilidade social, e não apenas como elemento confessional.

Ao disponibilizar este relatório às instituições associadas, a ANEC reafirma o compromisso com uma atuação propositiva, técnica e colaborativa, bem como coloca à disposição da rede um instrumento de inteligência institucional que deverá apoiar processos de autoavaliação, planejamento estratégico, qualificação dos cursos, gestão de riscos regulatórios e fortalecimento das políticas acadêmicas. Para além de uma análise retrospectiva dos resultados de 2025, este documento inaugura uma agenda permanente de monitoramento da qualidade da Educação Superior católica, orientada por evidências, pela cooperação entre as associadas e pela construção coletiva de soluções capazes de fortalecer a missão educativa das instituições católicas no Brasil.



Sumário Executivo

Este relatório consolida, em um único documento, os indicadores de qualidade da formação superior católica no Brasil a partir das duas avaliações de maior peso aplicadas no ciclo 2025: o **Enade das Licenciaturas** – em formato inédito, com régua mais exigente – e o **Enamed**, primeira edição do exame nacional da formação médica. Em 2025, ambos estrearam critérios mais rigorosos. A leitura é orientada ao gestor de instituição confessional católica e parte de uma pergunta: o que explica o resultado de uma instituição – a modalidade, o porte, a natureza jurídica ou a forma como ela se organiza? Os dados de 2025 respondem de modo convergente.

78,5%

Licenciaturas

cursos satisfatórios nas católicas
(3–5)

94,4%

Medicina

satisfatórios em comunitárias/
confessionais

2 de 2

Exames de 2025

liderança católica nas duas
avaliações

Nas licenciaturas, as instituições católicas registraram **78,5% de cursos satisfatórios** (conceito 3 a 5), à frente da rede pública (69,2%) e muito acima da rede privada com e sem fins lucrativos (44,5% e 43,3%); as demais comunitárias e confessionais registraram 68,9%. As católicas ocupam o topo dos rankings, com seis das dez melhores universidades privadas sendo Pontifícias.

Em Medicina, esse padrão se repete: comunitárias e confessionais alcançaram **94,4% de cursos satisfatórios**; praticamente o patamar das universidades públicas federais (95,1%) e muito acima dos grupos de capital aberto (41,9%) e da privada com fins lucrativos (41,6%). No recorte específico das instituições católicas, os 17 cursos avaliados registraram **100% de conceitos satisfatórios e nenhuma nota insatisfatória**.

Três conclusões estruturam este documento e devem orientar a decisão de gestão.

- **A modalidade não explica o resultado.** Na mesma EaD, o segmento confessional/comunitário entregou 70,1% de concluintes em cursos satisfatórios, enquanto os grandes grupos de capital aberto ficaram em 7,4%. Quando uma mesma modalidade produz 70 em um grupo e 7 em outro, a variável explicativa deixou de ser a modalidade.
- **A escala sem ancoragem institucional concentra o risco.** Nas licenciaturas, os grandes grupos respondem por 18% dos cursos EaD, mas por 53% dos concluintes e por 62% dos formados em cursos abaixo do padrão. A média nacional de “qualidade da modalidade” foi puxada por um número pequeno de mantenedoras.
- **Governança e identidade institucional são o ativo a proteger.** O que distingue as instituições de alto desempenho – públicas ou privadas, no presencial ou na EaD, em qualquer região – é projeto pedagógico consistente, acompanhamento próximo de indicadores e propósito educacional definido. É exatamente o perfil das confessionais católicas.

O relatório também registra as exceções com honestidade – Matemática, Física e Música apresentam desempenho baixo em todas as categorias, inclusive entre as católicas – e a ressalva técnica de que os resultados do Enamed 2025 seguem sujeitos a recursos no INEP. A seção final traduz os achados em implicações de gestão: leitura por proficiência e por área, gestão do risco regulatório específico e o aproveitamento da janela de adequação ao novo marco da EaD pela instituição que já tem infraestrutura instalada e identidade regional.



1.

Introdução e contexto

1.1 A expansão do Ensino Superior e a exigência de um sistema avaliativo à altura

A Educação Superior brasileira vive, na última década, o período de maior expansão. Cursos, antes concentrados em grandes centros, chegaram a todas as regiões, e o ensino a distância foi o principal motor dessa interiorização: o número de municípios com polos saltou de cerca de 1.600, em 2014, para mais de 3.300. A contrapartida dessa expansão é a exigência de um sistema avaliativo capaz de dar conta de um ecossistema mais complexo, sem transformar diagnóstico em ruído e sem confundir um indicador isolado com uma sentença sobre a qualidade de um curso.

É nesse contexto que 2025 concentrou duas avaliações decisivas para o setor privado e, em particular, para as instituições confessionais: a primeira edição do **Enade das Licenciaturas** e a estreia do **Enamed**, o exame nacional da formação médica. Ambas estrearam critérios mais exigentes e produziram resultados que merecem leitura cuidadosa.

Dois traços estruturais do setor ajudam a situar a leitura. O primeiro é a **concentração**: 3,5% das mantenedoras concentram 77% dos universitários, enquanto 90% das instituições – de pequeno e médio porte – detêm apenas 9% das matrículas. O segundo é o **hiato de escolarização**: apenas cerca de 22% da população brasileira de 25 a 34 anos concluiu o Ensino Superior, contra uma média de 47,4% na OCDE. A fronteira de crescimento que se fechou nos países desenvolvidos segue aberta no Brasil e a EaD foi o principal vetor dessa

interiorização. Restringir a modalidade sem ampliar a oferta presencial tensiona, ao mesmo tempo, a qualidade que se quer proteger e o acesso que ainda falta conquistar.

1.2 Dois eventos regulatórios que enquadram a leitura

Os indicadores de 2025 não chegam em um vácuo regulatório. Em 19 de maio de 2025, o **Decreto n. 12.456/2025** instituiu a Nova Política de Educação a Distância. A norma veda a oferta de Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia fora do formato presencial e determina que as demais graduações da área da saúde e as **licenciaturas** só possam ser ofertadas nos formatos presencial ou semipresencial. Com isso, encerrou a EaD plenamente a distância na formação de professores. As instituições têm até dois anos para se adequarem.

A premissa da norma, no caso das licenciaturas, é direta: a modalidade a distância comprometeria a qualidade da formação docente. Os dados da primeira edição do Enade das Licenciaturas permitem testar essa premissa. É isso que este relatório faz na Seção 4. Em paralelo, o Enamed, instituído pela Portaria Inep n. 413/2025 e aplicado pela primeira vez em outubro de 2025, passou a compor a avaliação dos cursos de Medicina e a nota de acesso à residência médica, o que amplia o peso regulatório de um único ciclo.

Convém um registro factual sobre o momento institucional. O país aprovou, pela **Lei n. 15.388/2026**, o novo Plano Nacional de Educação (2026-2036), que vincula a valorização docente a metas monitoradas pelo INEP; e instituiu, pela Lei n. 15.344/2026, o Programa Mais Professores para o Brasil, que torna anual a Prova Nacional Docente (PND). A primeira PND, aplicada em outubro de 2025, reuniu mais de 1,08 milhão de inscritos – cerca de 47% da força docente ativa na Educação Básica. Esse contraste, entre uma política que celebra a escala digital da avaliação docente e outra que restringe a modalidade que a viabiliza, é discutido na Seção 6.

1.3 Por que o foco nas instituições confessionais católicas

Este relatório recorta, deliberadamente, o desempenho das instituições confessionais católicas. A razão não é de filiação, e, sim, de evidência: nas duas avaliações de 2025, esse é o segmento privado que entrega o resultado mais consistente. Além disso, justamente por operar com missão declarada, projeto pedagógico próprio e governança consolidada, oferece o melhor caso para examinar o que, de fato, explica a qualidade. Quando os dados oficiais permitem isolar a afiliação católica, este relatório o faz. Quando o dado disponível é o da categoria administrativa Comunitária/Confessional, este relatório o diz com clareza, sem atribuir à católica o que é do conjunto.

1.4 Pergunta-problema e recorte

A pergunta que organiza este documento é: o que explica o desempenho de uma instituição na formação de professores e de médicos — a modalidade de ensino, o porte, a natureza jurídica, o modelo de governança ou a identidade institucional? O recorte é a graduação avaliada em 2025 (Licenciaturas e Medicina), nas categorias administrativas oficiais do INEP, com leitura orientada ao gestor confessional. Análises de qualidade que dependam de microdados ainda em revisão são tratadas como provisórias e assim sinalizadas.



2.

Objetivo do relatório

Objetivo geral. Consolidar e interpretar os indicadores de qualidade da educação superior católica no Brasil, nas avaliações de 2025 – Enade das Licenciaturas e ENAME –, relacionando-os à missão, à identidade e ao modelo de governança das instituições confessionais, bem como traduzindo os achados em implicações concretas de gestão.

Objetivos específicos

- Descrever o retrato nacional das licenciaturas e o desempenho do segmento confessional/comunitário e das instituições católicas por categoria, modalidade, organização acadêmica, área de avaliação e região.
- Demonstrar, com base nos dados, por que a modalidade de ensino não explica isoladamente o resultado e qual é o papel da escala e da governança.
- Examinar o desempenho das instituições confessionais e católicas em Medicina (Enamed 2025) e a questão da proporcionalidade regulatória.
- Comparar os dois exames, destacando semelhanças, diferenças e implicações para a gestão.
- Identificar tendências, desafios e oportunidades, com recomendações estratégicas para a instituição confessional católica.



3.

Base documental e fontes utilizadas

3.1 Fontes primárias e oficiais

Os dados oficiais publicados pelo INEP/MEC, referentes ao Enade das Licenciaturas 2025 (aplicado em 2025, resultados divulgados em maio de 2026) e ao Enamed 2025 (aplicado em outubro de 2025, resultados em dezembro de 2025), são a base empírica deste relatório. A leitura regulatória apoia-se no Decreto n. 12.456/2025 e nas Portarias MEC n. 378/2025 e n. 506/2025, na Lei do SINAES (n. 10.861/2004), no novo PNE (Lei n. 15.388/2026) e nas normas do Programa Mais Professores (Lei n. 15.344/2026). O contexto de acesso e de estrutura do setor utiliza o Censo da Educação Superior e os Panoramas do IPGC.

3.2 Relatórios do IPGC e produção autoral

O documento integra dois relatórios do Instituto – “Indicadores de qualidade das licenciaturas no Brasil” e “Indicadores de qualidade da Educação Médica nas Instituições Comunitárias e Confessionais” – e a produção analítica sobre o tema é utilizada como fundamentação. O relatório amplo de licenciaturas, construído sobre a categoria Comunitária/Confessional, é a fonte para indicadores que não constam do recorte específico católico; já a leitura, contudo, permanece orientada à instituição católica, foco deste material.

3.3 Nota metodológica

As escolhas de agrupamento e os indicadores seguem o mesmo critério em todo o documento.

- **Base de cálculo (licenciaturas).** Dos 4.951 cursos avaliados, 401 ficaram “sem conceito” (menos de dois concluintes) e saem das análises de faixa e proficiência; restam 4.550 cursos com conceito de 1 a 5.
- **Categorias administrativas.** Ponto de partida da análise, separando as instituições por natureza e finalidade em quatro grupos: Pública (federal, estadual e municipal), Comunitária/Confessional, Privada sem fins lucrativos e Privada com fins lucrativos. Um recorte adicional isola as companhias de capital aberto (grandes grupos educacionais) para medir o efeito da escala sobre o desempenho.
- **Faixas de conceito (1 a 5).** Faixas 1 e 2 = desempenho insatisfatório (risco regulatório); faixa 3 = intermediário; faixas 4 e 5 = excelência. O recorte-âncora de qualidade é “satisfatórios (3 a 5)”.
- **Proficiência (%).** Percentual de concluintes do curso acima do Padrão 1. É a métrica contínua que ordena os cursos e mede a distância entre segmentos.
- **Unidade de leitura.** Por curso (cada curso pesa igual, independentemente do tamanho) ou por concluinte (pondera pelo número de formados, revelando o peso dos provedores de grande escala). Os recortes de modalidade e de grandes grupos são lidos por concluinte.
- **Bases pequenas e dados em revisão.** Recortes com poucos cursos têm valor de referência, não de medida, e são assim sinalizados. Os resultados do Enamed 2025 seguem sujeitos a recursos no INEP, que reconheceu inconsistências na base de insumos; classificações podem ser retificadas.

Sobre “católicas” e “Comunitária/Confessional”

A categoria oficial do INEP é **Comunitária/Confessional**. As instituições **católicas** são a afiliação dominante dentro dessa categoria e lideram os *rankings*. Sempre que o dado disponível for o da categoria, o relatório usa “confessional/comunitário”; quando o dado isolar a afiliação católica, como ocorre na amostra de Medicina, o relatório o explicita. Essa distinção é mantida para preservar o rigor: não se atribui à instituição católica o que pertence ao conjunto da categoria.

3.4 Glossário dos termos utilizados

Para leitura direta pelo gestor, os termos técnicos recorrentes:

TERMO	SIGNIFICADO NO RELATÓRIO
Conceito Enade	Nota oficial do curso (1 a 5); na edição 2025 das licenciaturas, mede quantos concluintes atingiram o padrão mínimo
Satisfatórios (3-5)	Recorte-âncora de qualidade: cursos nas faixas 3, 4 e 5
Faixas 1-2	Desempenho insatisfatório; cursos em risco regulatório
Proficiência	% de concluintes do curso acima do Padrão 1 de desempenho
CPC	Conceito Preliminar de Curso; é dele que depende a sanção regulatória (ainda não divulgado nas licenciaturas 2025)
Conceito de Curso (CC)	Avaliação <i>in loco</i> , por comissão de especialistas, das condições reais de oferta
Enamed	Exame nacional da formação médica; versão do Enade para a medicina
ENARE	Exame Nacional de Residência; a nota do Enamed compõe o acesso direto
Semipresencial	Modalidade criada pelo novo marco: combina carga presencial mínima e atividades a distância

Tabela 0. Glossário. Fonte: elaboração do IPGC a partir de INEP/MEC e do Decreto n. 12.456/2025.

4.

Análise dos indicadores - Licenciaturas (Enade 2025)

A primeira edição do Enade das Licenciaturas avaliou os cursos de formação de professores sob uma régua inédita: a nota do curso deixou de ser uma média ponderada e passou a medir quantos concluintes atingiram o padrão mínimo de proficiência. Esta seção lê esse resultado pelo recorte que interessa ao gestor confessional – as **instituições católicas** –, sempre ao lado das demais categorias administrativas, para que a comparação seja honesta.

4.1 Retrato nacional

Foram avaliados **4.547 cursos** em **793 IES**. No conjunto, **62,0% dos cursos são satisfatórios** (faixas 3 a 5) e 38,0% ficam em faixas de risco (1 e 2). O desempenho nacional concentra-se nas faixas intermediárias e é contra esse pano de fundo que a vantagem católica se destaca.

INDICADOR	VALOR
Cursos avaliados	4.547
IES avaliadas	793
Cursos satisfatórios (faixas 3–5)	62,0%
Cursos em risco (faixas 1–2)	38,0%
Católicas — cursos satisfatórios	78,5%

Tabela 4.1. Retrato nacional das licenciaturas em 2025. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

4.2 As católicas lideram, e não é por pouco

Separando o desempenho por natureza institucional, o resultado é inequívoco. As **instituições católicas lideram com 78,5% de cursos satisfatórios**, à

frente da rede pública (69,2%), das demais comunitárias e confessionais (68,9%) e muito acima da privada com e sem fins lucrativos (44,5% e 43,3%). São +9,3 pontos percentuais sobre a rede pública e cerca de +34 pp sobre a rede privada com fins lucrativos.

ENADE Licenciaturas 2025 — cursos satisfatórios por categoria

% de cursos em conceito satisfatório (3–5). As católicas lideram.

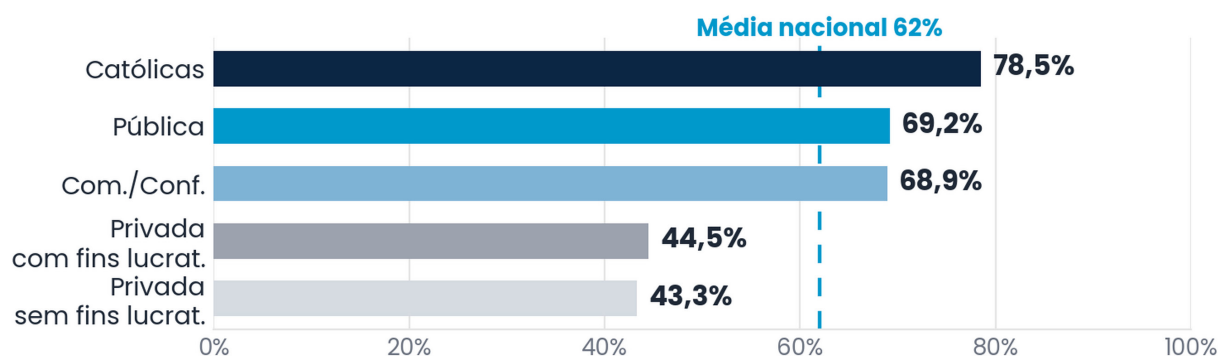


Gráfico 4.1. % de cursos satisfatórios (3–5) por categoria — Licenciaturas; católicas em destaque. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

A liderança é consistente. Além da maior taxa de satisfatórios, as católicas concentram **60,5% dos cursos nas faixas de excelência (4 e 5)**. Nenhum outro segmento privado ultrapassa 69% – a vantagem não depende de um único recorte e separa as católicas tanto da rede pública quanto do conjunto das demais confessionais e comunitárias.

4.3 Qualidade não anda junto com escala

A leitura por volume revela um descolamento decisivo entre tamanho e qualidade. A privada com fins lucrativos reúne metade dos alunos das licenciaturas, mas concentra a maior proporção de cursos em risco. As católicas formam uma fatia proporcionalmente pequena de alunos – e registram **a menor taxa de cursos insatisfatórios (21,5%)** entre todos os segmentos. Formam menos, mas formam melhor.

SEGMENTO	% DOS CURSOS	% DOS ALUNOS (CONCLUINTES)
Católicas	5,0%	2,1%
Pública	60,0%	36,8%
Comunitária/Confessional	4,3%	1,6%
Privada com fins lucrativos	20,3%	50,9%
Privada sem fins lucrativos	10,4%	8,6%

Tabela 4.2. Participação em cursos × participação em alunos, por segmento — Licenciaturas. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

4.4 Distribuição de conceitos por faixa

A concentração no topo confirma o padrão. Entre as católicas, **60,6% dos cursos estão nas faixas 4 e 5** e apenas **6,1% na faixa 1**. Na privada com fins lucrativos, o quadro inverte: 55,5% dos cursos ficam nas faixas 1 e 2. A rede pública ocupa o meio do campo, com 50,2% nas faixas 4–5 e 30,8% nas faixas 1–2.

SEGMENTO	F1	F2	F3	F4	F5
Católicas	6,1	15,4	18,0	32,5	28,1
Pública	13,9	16,9	19,1	26,1	24,1
Comunitária/Confessional	9,7	21,4	23,5	20,9	24,5
Privada com fins lucrativos	24,9	30,6	19,2	16,5	8,8
Privada sem fins lucrativos	26,4	30,2	19,9	13,3	10,1

Tabela 4.3. Distribuição percentual de cursos por faixa de conceito (F1 a F5) — Licenciaturas.
Fonte: IPGC/INEP-Enade.

4.5 A modalidade não explica o resultado

Aqui, e apenas nas licenciaturas, onde a EaD existe, entra a modalidade. A premissa do novo marco é que a educação a distância compromete a formação docente. Os dados da mesma EaD desmontam essa leitura: medido pela proporção de concluintes em cursos satisfatórios, a **EaD confessional/comunitário entregou 70,1%; a EaD público, 69,6%; e os grandes grupos de capital aberto, apenas 7,4%.**

EaD — concluintes em cursos satisfatórios por segmento

% de concluintes em cursos satisfatórios (3–5), apenas modalidade EaD.

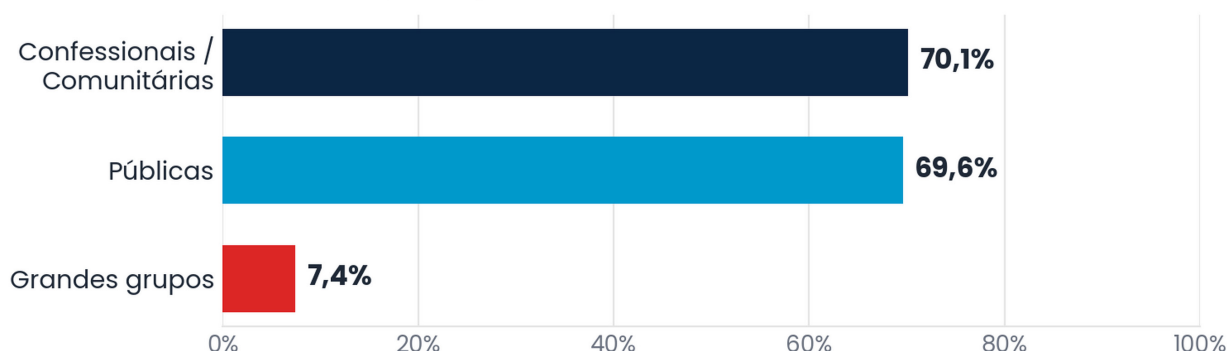


Gráfico 4.2. EaD — % de concluintes em cursos satisfatórios (3–5), por segmento. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

A mesma modalidade produziu 70 em um grupo e 7 em outro. Quando isso acontece, a palavra “modalidade” deixa de explicar o resultado; o que explica é a governança. No recorte católico, o ponto se confirma: do presencial (79,0%) a EaD (77,5%), as católicas **mantêm a qualidade** na modalidade que mais cresce,

enquanto a rede privada com fins lucrativos despenca do presencial (60,5%) para a EaD (33,7%).

O viés de composição. Os grandes grupos de escala respondem por apenas 18% dos cursos EaD, mas concentram 53% dos concluintes e 62% dos formados em cursos abaixo do padrão. Removidos esses provedores, o índice de satisfatórios da EaD salta de 18,4% para 32,2%. A “média da EaD” do debate público não é a da modalidade; é a média puxada por poucas mantenedoras.

RECORTE DA EAD (LICENCIATURAS)	TOTAL DE ALUNOS	EM CURSOS SATISFATÓRIOS
Todos os provedores	116.860	18,4%
Excluindo os grandes grupos	53.301	32,2%

Tabela 4.4. O efeito de poucos provedores sobre a “média da EaD”. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

62% grandes grupos dos formados abaixo do padrão vêm deles	5 mantenedoras concentram metade dos concluintes 1-2 na EaD
--	---

4.6 Por organização acadêmica: onde há escala, as católicas lideram

O tipo de organização define o perfil de desempenho — e, onde há escala, a vantagem católica é estrutural. Nas **universidades**, as católicas alcançam **81,3%** de satisfatórios, contra 72,3% da rede pública e 71,3% das demais comunitárias/confessionais; nos **centros universitários**, 78,3%. As faculdades isoladas concentram o risco.

ORGANIZAÇÃO	CATÓLICAS	PÚBLICA	COM./CONF.	PRIV. C/FINS	PRIV. S/FINS
Universidade	81,3%	72,3%	71,3%	45,7%	32,5%
Centro Universitário	78,3%	77,8% *	55,6%	47,5%	48,1%
Faculdade	50,0% *	45,8%	80,0% *	37,2%	45,9%

Tabela 4.5. % de cursos satisfatórios por organização e categoria — Licenciaturas. Instituto Federal (só pública): 58,1%. * base pequena ($5 \leq n < 20$). Fonte: IPGC/INEP-Enade.

4.7 Por área de avaliação: liderança ampla, não universal

A liderança católica é ampla, mas não universal, e o relatório registra as exceções sem maquiá-las. As católicas lideram com folga em **História (100%)**, **Ciências Biológicas (92,9%)** e **Pedagogia (91,1%)** e superam a média da área na maioria dos casos. Ficam **abaixo da média da área em Matemática (29,4% vs 36,1%)** e em **Música (0% vs 22,3%, base pequena)**; em Educação Física (64,7%) ficam também atrás da rede pública (84,9%).

Desempenho por área — Licenciaturas (católicas × total da área)

% de cursos satisfatórios (3–5). Em vermelho, área em que as católicas ficam abaixo.

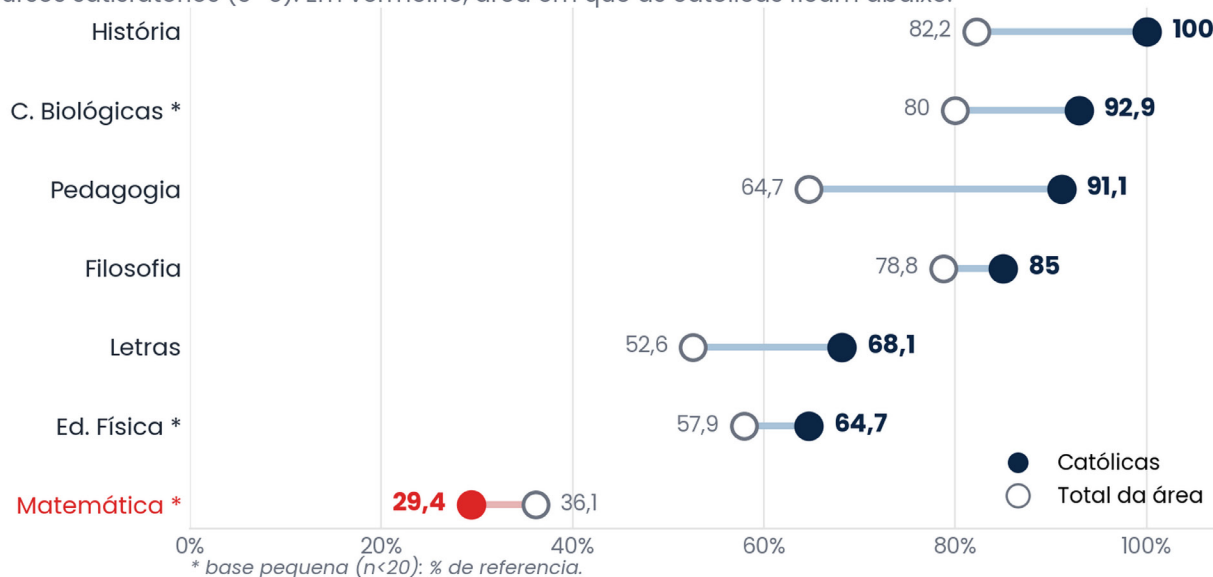


Gráfico 4.3. % de cursos satisfatórios (3–5) por área — católicas × total da área (Licenciaturas).
Fonte: IPGC/INEP-Enade.

O que a IES confessional faz com isso. A leitura por área é mais acionável do que a média do curso: o risco é específico de cada licenciatura. Matemática, Física e Música pedem fortalecimento dos núcleos docentes estruturantes e revisão curricular, independentemente do bom desempenho nas humanidades.

4.8 Exposição regulatória: o ativo da baixa exposição

O segmento católico é, também, o de **menor exposição regulatória** das licenciaturas. Há, porém, um esclarecimento técnico: o Conceito Enade já foi publicado, mas a sanção depende do Conceito Preliminar de Curso (CPC), ainda não divulgado neste ciclo. A ausência de penalidade imediata é uma lacuna temporal, não uma isenção.

21,5%

Cursos católicos em risco (faixas 1-2)

a menor taxa entre todos os segmentos

Cursos em faixas 1 e 2 perdem o bônus de renovação automática e entram em monitoramento, com visita in loco ao fim da transição. As católicas chegam a esse cenário na posição mais confortável do sistema, o que torna a baixa exposição um ativo a preservar.

4.9 Geografia da qualidade e do acesso

A presença católica é mais forte e mais antiga no eixo Sul-Sudeste, que concentra 73% dos cursos católicos. **Sudeste (84,1%)** e **Sul (81,5%)** ficam acima da média católica nacional (78,5%); Nordeste (70,8%) e Centro-Oeste (63,9%) mantêm a qualidade com presença ainda incipiente; no Norte, há apenas 1 curso católico de licenciatura – campo aberto.

REGIÃO	CATÓLICAS – SATISFATÓRIOS	PRESENÇA CATÓLICA
Sudeste	84,1%	n=113 cursos
Sul	81,5%	n=54 cursos
Nordeste	70,8% *	n=24 cursos
Centro-Oeste	63,9%	n=36 cursos
Norte	—	n=1 (campo aberto)

Tabela 4.6. Desempenho católico por região — Licenciaturas. Média católica nacional: 78,5%.

* base pequena. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

A dimensão do acesso. Restringir a EaD toca o acesso, não só a qualidade. No Norte e no Centro-Oeste, a maioria dos ingressantes chega ao Ensino Superior pela via da EaD – são as regiões de maior dispersão territorial e menor oferta presencial. Para quem trabalha o dia inteiro e mora longe do campus, a EaD não é conveniência: é a única porta.

74%

Norte

dos ingressantes chegam via EaD

72%

Centro-Oeste

dos ingressantes chegam via EaD

As cinco instituições públicas com mais concluintes em cursos nota 1 estão, todas, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A região que mais depende do modelo restringido é, também, a que enfrenta o maior desafio de formação docente e que terá o maior custo de transição para o presencial sem ampliação de infraestrutura.

#	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	CURSOS NOTA 1	CONCLUINTE NOTA 1
1	Universidade Federal do Pará (UFPA)	18	627
2	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	17	337
3	Instituto Federal do Piauí (IFPI)	13	249
4	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	14	249
5	Univ. Est. da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)	9	188

Tabela 4.6b. As cinco universidades públicas com mais concluintes em cursos nota 1 (todas no N/NE/CO), como argumento de acesso. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

4.10 Rankings: as católicas no topo

No topo das licenciaturas, as Pontifícias dominam e a diversidade geográfica do ranking confirma a capilaridade do modelo confessional. Entre as universidades, quatro PUCs atingem 100% de cursos satisfatórios. O que as separa é a proficiência e a concentração em nota 5.

#	UNIVERSIDADE	UF	SAT.	4-5	C.5
1	Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro	RJ	100%	100%	87,5%
2	Pontifícia Univ. Católica de São Paulo	SP	100%	100%	66,7%
3	Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais	MG	100%	90,9%	54,5%
4	Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul	RS	100%	83,3%	33,3%
5	Pontifícia Univ. Católica de Goiás	GO	83,3%	83,3%	41,7%
6	Pontifícia Univ. Católica de Campinas	SP	90,0%	80,0%	70,0%
7	Pontifícia Univ. Católica do Paraná	PR	93,3%	80,0%	40,0%
8	Univ. Vale do Rio dos Sinos	RS	81,2%	75,0%	31,2%
9	Universidade de Sorocaba	SP	85,7%	71,4%	42,9%
10	Universidade Católica	RJ	85,7%	71,4%	14,3%

Tabela 4.7. Universidades — TOP 10 nas licenciaturas. Sat. = satisfatórios (3-5); 4-5 = conceitos 4-5; C.5 = conceito 5. Fonte: IPGC/INEP-Enade.

#	CENTRO UNIVERSITÁRIO	UF	SAT.	4-5	C.5
1	Centro Universitário Sagrado Coração	SP	100%	80,0%	40,0%
2	Centro Universitário São Camilo	ES	66,7%	66,7%	33,3%
3	Centro Universitário Salesiano	SP	66,7%	66,7%	33,3%
4	Centro Universitário Assunção	SP	66,7%	66,7%	33,3%
5	Centro Universitário Teresa D'Ávila	SP	60,0%	40,0%	20,0%
6	Centro Universitário Frassinetti	PE	66,7%	33,3%	0%
7	Claretiano – Centro Universitário	SP	76,9%	30,8%	0%

Tabela 4.8. Centros universitários nas licenciaturas. Faculdades sem ranking (mín. 3 cursos/IES). Fonte: IPGC/INEP-Enade.

5.

Análise dos indicadores – Medicina (Enamed 2025)

A formação médica é o segundo campo em que o padrão confessional pode ser testado, em um exame de natureza inteiramente distinta. Se a tese da Seção 4 estiver correta, o que sustenta o resultado deve aparecer também aqui. Aparece.

5.1 Contexto e desenho da amostra confessional

O Enamed é a versão do Enade específica para Medicina, aplicado pela primeira vez em 19 de outubro de 2025. Os resultados compõem a avaliação dos cursos e a nota de acesso à residência médica (ENARE). A rede privada responde por cerca de 63% da oferta nacional de Medicina. Para essa análise, foram consideradas as instituições com categoria administrativa Comunitária/Confessional no e-MEC: 36 cursos, estruturados em três eixos – afiliação, organização acadêmica e região.

EIXO	COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA (36 CURSOS DE MEDICINA)
Afiliação	Católicas 17 (47,2%) · Comunitárias 14 (38,8%) · Corporativa 2 · Adventista 1 · Luterana 1 · Filantrópica 1
Organização acadêmica	Universidade 30 (83,3%) · Centro Universitário 5 (13,8%) · Faculdade 1 (2,7%)
Região	Sul 22 (61,1%) · Sudeste 9 (25%) · Nordeste 3 (8,3%) · Centro-Oeste 2 (5,5%) · Norte 0

Tabela 8. Composição da amostra confessional/comunitária — Medicina. Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

Nota de leitura. A amostra é majoritariamente universitária (83,3%) e concentrada no Sul-Sudeste; afiliações com poucos cursos (corporativa, adventista, luterana e filantrópica) têm valor de referência, não de medida. A ausência de presença católica no Norte é, em si, um dado e reaparece na Seção 7 como oportunidade de expansão.

A oferta privada de Medicina no país (212 cursos) é altamente concentrada: seis estados reúnem 64,6% dos cursos. São os mercados de maior disputa por rede assistencial, preceptoria e corpo docente, e onde a leitura por desempenho mais orienta decisões de expansão e consolidação.

ESTADO	CURSOS PRIVADOS	NOTAS 4-5	NOTAS 1-2
São Paulo	49	15	19
Minas Gerais	31	10	12
Rio de Janeiro	17	1	10
Bahia	15	2	11
Rio Grande do Sul	13	4	3
Paraná	12	7	2

Tabela 9. Concentração geográfica da oferta privada de Medicina (6 estados = 64,6% dos cursos). Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

5.2 Desempenho por categoria: confessionais próximas às federais

Antes do recorte confessional, o pano de fundo nacional. No Sistema Federal de Ensino, que reúne as instituições públicas e privadas sob supervisão da SERES/MEC, a primeira edição do Enamed deixou cerca de um terço dos cursos em faixas críticas – quadro que aciona, em tese, processos de supervisão e medidas cautelares.

SISTEMA FEDERAL – MEDICINA (304 CURSOS)	CURSOS	SITUAÇÃO
Desempenho adequado (faixas 3-5)	204	Sem medidas
Supervisão e medidas cautelares (faixas 1-2)	99	Risco regulatório
Avaliação pendente (sem conceito)	1	—

Tabela 8b. Situação regulatória dos cursos de Medicina no Sistema Federal – Enamed 2025. Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

Na avaliação discente do Enamed, as comunitárias e confessionais registraram **94,4% de cursos satisfatórios** (conceitos 3 a 5) – praticamente o patamar das universidades públicas (95,1%) e muito acima da rede privada sem fins lucrativos (66,6%), dos grupos de capital aberto (41,9%) e da rede privada com fins lucrativos (41,6%). A proximidade com a média das federais indica padrão de qualidade consistente.

ENAMED 2025 (Medicina) — cursos satisfatórios por categoria

% de cursos em conceito satisfatório (3-5) na avaliação discente.

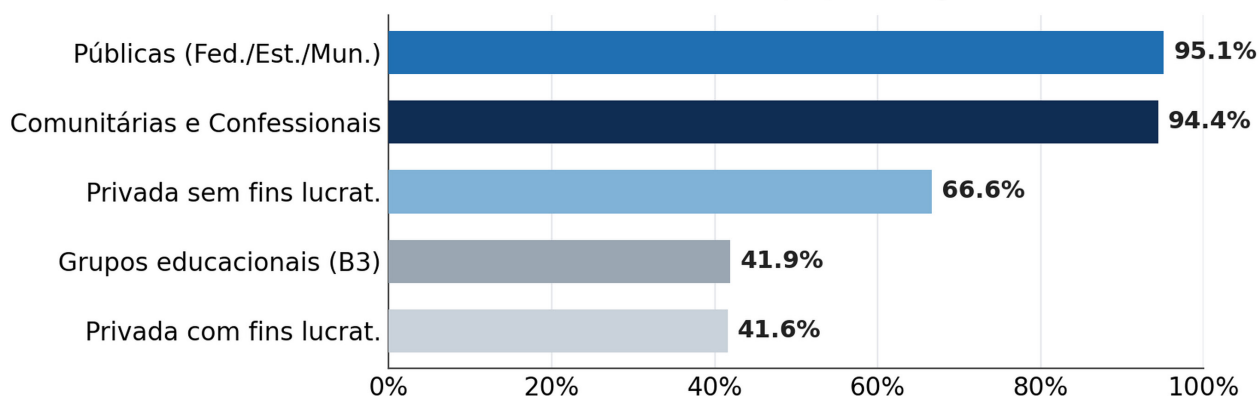


Gráfico 5.1. % de cursos satisfatórios (3-5) por categoria — Medicina (Enamed 2025). Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

O contraste com a escala. Entre os grupos de capital aberto, apenas 11,2% dos cursos de Medicina atingiram notas 4-5 e 58% ficaram em faixas 1-2, o que coloca dezenas de cursos sob risco regulatório imediato. A divulgação desses dados chegou a provocar quedas de até 6,7% em papéis do setor em um único dia, evidência de que a qualidade acadêmica passou a ser variável material de risco no mercado de capitais. É o mesmo padrão das licenciaturas: a escala sem ancoragem institucional concentra o risco.

5.3 As católicas dentro da amostra

Quando o dado isola a afiliação católica, o resultado é o mais consistente da amostra: dos **17 cursos católicos de Medicina, 100% são satisfatórios e nenhum é insatisfatório**. As comunitárias registram 92,8% de satisfatórios; entre as universidades da amostra, 93,3%. As notas insatisfatórias são residuais e concentradas em afiliações de base pequena.

AFILIAÇÃO/ORGANIZAÇÃO	CURSOS	SATISFATÓRIOS (3-5)	INSATISFATÓRIOS (1-2)
Católicas	17	100,0%	0,0%
Comunitárias	14	92,8%	7,2%
Universidade	30	93,3%	6,7%
Centro Universitário	5	100,0%	0,0%
Faculdade	1	100,0%	0,0%

Tabela 10. Radiografia por afiliação e organização — Medicina (amostra confessional). Bases pequenas têm valor de referência. Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

Entre as instituições particulares que alcançaram a nota máxima (conceito 5) no Enamed 2025, várias são confessionais católicas. Isso demonstra que é possível conciliar qualidade acadêmica e sustentabilidade institucional.

Instituições particulares com conceito 5 no Enamed 2025 (ordem alfabética)

Centro Universitário Christus (Fortaleza/CE) · Centro Universitário Padre Albino (Catanduva/SP) · Faculdade de Ciências da Saúde de Barretos (Barretos/SP) · Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (São Paulo/SP) · Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein (São Paulo/SP) · Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR) · Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS) · Universidade Positivo (Curitiba/PR).

O que isso mostra. O resultado não nasce de um esforço pontual de preparação para a prova; nasce de sistema. O segmento confessional é majoritariamente formado por universidades, o que costuma trazer três vantagens competitivas: estabilidade e densidade de corpo docente, governança acadêmica mais robusta e integração ensino-serviço mais consistente. São, exatamente, atributos de governança e identidade, não de modalidade ou de porte.

5.4 A proporcionalidade regulatória: o paradoxo do Enamed

Há um alerta técnico que o relatório registra com rigor e que interessa diretamente ao gestor confessional. Entre os cursos privados que obtiveram a menor nota no Enamed (conceito 1), identificou-se um paradoxo: **17 cursos com Enamed 1 apresentaram 100% de conceito de excelência (CC 4 ou 5) na avaliação in loco do MEC** – e 70% deles, CC 5, a nota máxima. Não há, entre esses cursos, nenhum caso com CC 3; todos orbitam a excelência estrutural aferida por especialistas.

Por que isso importa

Um curso cujos estudantes tiveram desempenho mínimo no Enamed merece reflexão diligente. No entanto, caracterizá-lo como passível de medidas severas imediatas, quando o mesmo curso obteve conceito máximo na avaliação *in loco*, contraria a hierarquia de evidências da Lei do SINAES e o princípio de proporcionalidade. Usar um indicador discente isolado como base direta para sanções supervaloriza um sinal pontual em detrimento de variáveis estruturais, como projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura, pelas quais todos os cursos eram avaliados até aqui.

A leitura tem paralelo direto com as licenciaturas: ali, uma régua que mede modalidade; aqui, uma régua que mede um único indicador discente. Em ambos os casos, quem entrega qualidade comprovada paga a mesma conta de quem não entrega.

CURSOS PRIVADOS COM ENAMED CONCEITO 1	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO
Com Conceito de Curso (CC) 5 <i>in loco</i>	≈ 12	70%
Com Conceito de Curso (CC) 4 <i>in loco</i>	≈ 5	30%
Com CC 3 ou inferior	0	0%
Total (excelência <i>in loco</i>)	17	100%

Tabela 11. Cursos privados com a menor nota no Enamed e seu Conceito de Curso (avaliação *in loco*). Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

5.5 Desempenho regional: onde a presença confessional faz diferença

Onde estão presentes, as comunitárias e confessionais superam as demais da rede privada na proporção de cursos de excelência (notas 4 e 5) em praticamente todas as regiões. Também exibem proporção de cursos em risco (notas 1 e 2) consistentemente menor. O contraste é mais nítido no Sudeste e no Centro-Oeste.

REGIÃO	PRIVADAS (4-5)	CONFESS./ COMUN. (4-5)	PRIVADAS (1-2)	CONFESS./ COMUN. (1-2)
Sul	45,9%	45,5%	16,2%	9,0%
Sudeste	28,4%	55,5%	40,2%	0,0%
Centro-Oeste	21,4%	50,0%	50,0%	0,0%
Nordeste	15,9%	33,3%	54,5%	0,0%
Norte	6,6%	—	73,3%	—

Tabela 12. Privadas (geral) × confessionais/comunitárias por região — Medicina. “—” indica ausência de cursos do segmento na região. Fonte: IPGC/INEP-Enamed.

5.6 Ressalva técnica: resultados em revisão

Os resultados do Enamed 2025 não são definitivos. O próprio INEP reconheceu inconsistências na base de insumos do e-MEC e abriu prazo para recursos, com casos em que a projeção de conceito 3 (satisfatório) passou a conceito 2 (insatisfatório). Eventuais retificações podem alterar classificações. Entidades do setor — ANUP, ABMES e Semesp — questionaram a metodologia: a amplitude da faixa 1 (de 0% a 40%), a divulgação de critérios de corte apenas após a prova e o caráter que deveria ser eminentemente diagnóstico de uma primeira edição. Este relatório trata os números do Enamed como provisórios e sujeitos à revisão.



6.

Discussão dos resultados à luz da educação católica

“Se você torturar os dados por bastante tempo, eles confessarão qualquer coisa.”

— Ronald Coase, Nobel de Economia (1991)

6.1 O padrão convergente entre os dois exames

Os dois exames mais exigentes de 2025 – um na formação de professores, outro na formação de médicos; um com forte presença de EaD, outro exclusivamente presencial – apontam para o mesmo lugar. Em ambos, o segmento confessional/comunitário entrega o melhor resultado da rede privada e se aproxima do desempenho das universidades públicas. Nos dois, a escala sem ancoragem institucional concentra o risco. E, em ambos, o que melhor ordena os resultados não é a modalidade, nem o porte, nem a natureza jurídica.

DIMENSÃO	LICENCIATURAS (ENADE)	MEDICINA (ENAMED)
Católicas — satisfatórios	78,5%	94,4% (cat. 100%)
Comparação com a rede pública	Acima (69,2%)	Próxima das federais (95,1%)
Privada de escala / grandes grupos	7,4% na EaD	41,9% (11,2% em 4–5)
Católicas (recorte isolado)	Topo dos <i>rankings</i> (6/10 universidades)	17 cursos, 100% satisfatórios
Papel da modalidade	Não explica o resultado	Não se aplica (presencial)
Variável explicativa	Governança e identidade	Governança e identidade

Tabela 13. Comparação Enade Licenciaturas × Enamed — síntese. Fonte: elaboração do IPGC.

6.2 A régua cega: por que medir a variável errada falha

O debate público sobre as licenciaturas saiu em uma frase: presencial bom, EaD ruim. Esse enunciado nasceu de uma escolha analítica específica – tomar o volume total de concluintes do país e dividi-lo em duas modalidades. No entanto, não existe uma “IES presencial padrão” nem uma “IES EaD padrão” nacional: existem milhares de cursos, de centenas de instituições, com projetos e qualidades plurais. Uma régua que mede a modalidade, e não a gestão, sempre produzirá o mesmo efeito: nivelar realidades distintas como se fossem iguais e sentenciar muitos pelo comportamento de poucos. É a isso que chamamos de **régua cega**.

O mesmo vale para o Enamed: uma régua que mede um único indicador discente, isolado das condições reais de oferta aferidas in loco, é cega às mesmas distinções. A leitura sistêmica – nacional, regional, por organização acadêmica e por categoria – não isenta instituições; ela permite enxergar o padrão sem retirá-las de contexto.

6.3 Governança e identidade como variáveis explicativas

Quando se observam as instituições de melhor desempenho nas duas avaliações, um elemento aparece com regularidade: governança consolidada e identidade institucional clara. Três atributos se repetem:

- Projeto pedagógico consistente e vivo nas decisões: não um documento de gaveta, mas o critério efetivo das escolhas acadêmicas.
- Indicadores acompanhados de perto: a instituição sabe onde está antes de a régua externa lhe dizer.
- Propósito educacional definido: a missão como bússola, que orienta currículo, corpo docente e relação com o território.

Instituições com essas características entregam resultado no presencial e na EaD, em qualquer região, com ou sem fins lucrativos. Esta é a razão pela qual a educação católica desponta: missão declarada, tradição de corpo docente e governança colegiada são, precisamente, os ingredientes que os dados premiam. O problema nunca foi o setor privado nem a EaD. Foi tratar realidades distintas como se fossem uma só.

6.4 O paradoxo regulatório

Há uma contradição que o próprio episódio regulatório revela. Na mesma temporada em que se restringiu a EaD na formação docente, o poder público celebrou a primeira Prova Nacional Docente como marco histórico do Programa Mais Professores — com mais de 1,08 milhão de inscritos, cerca de metade da força docente ativa. Essa escala só foi possível pela capilaridade de polos e pela infraestrutura digital distribuída pelo país. O marco celebrado foi conquistado pelo mesmo modelo que se colocou em extinção.

O ponto não é a contradição política, e, sim, o que ela revela sobre o critério regulatório: uma régua que mede modalidade, e não gestão, produzirá sempre esse resultado. A leitura técnica dos dados é o que dá ao gestor uma base sólida para se posicionar, independentemente do rumo que a regulação venha a tomar, sobretudo em um momento de revisão do planejamento educacional decenal.

6.5 Segurança jurídica e o debate setorial

O episódio do Enamed expôs uma fragilidade que interessa diretamente à instituição confessional: a previsibilidade do sistema. Critérios de corte divulgados apenas após a aplicação da prova, bases de insumos reconhecidamente inconsistentes e a amplitude de faixas que agrupa realidades distintas (a faixa 1 abrangendo de 0% a 40% de desempenho) comprometem a segurança jurídica, inclusive para quem faz o certo. Entidades representativas do setor manifestaram posições densas e convergentes nesse sentido, bem como sustentam que uma edição inaugural exige consolidação técnica e transparência antes de qualquer efeito sancionatório e que a primeira aplicação deveria ter caráter eminentemente diagnóstico.

Para o gestor, a lição é de método, não de queixa: critérios e notas de corte precisam ser claros, estáveis e públicos antes de produzir efeitos. Romper o fluxo tradicional do SINAES e usar um indicador isolado para sancionar eleva o risco de decisões assimétricas. A leitura técnica e documentada dos próprios resultados — por curso, por área, por proficiência — é o que dá à instituição base sólida para se posicionar diante de eventuais discrepâncias, com ou sem retificação posterior das notas.

7.

Implicações para gestores de instituições confessionais católicas

7.1 Tendências

- **Ciclos avaliativos mais curtos e de maior peso.** O Enade das Licenciaturas passou a ser anual; o Enamed será semestral a partir de 2027. A margem para surpresa diminuiu, e cada ciclo pesa mais.
- **A qualidade acadêmica como variável material.** Resultados de avaliação já movem a percepção de risco no mercado de capitais, no caso dos grupos abertos, e na decisão do candidato, no caso das demais instituições.
- **Convergência entre avaliação e política docente.** O novo PNE (Lei n. 15.388/2026) vincula a valorização docente a metas monitoradas pelo INEP, e a PND, anual, passa a usar a matriz do Enade das Licenciaturas.

7.2 Desafios

- **O custo de transição do novo marco.** A vedação da EaD plena em licenciaturas exige migração para presencial e semipresencial, com investimento em infraestrutura, corpo docente e atividades presenciais; pressão particularmente sensível onde a oferta presencial é escassa.
- **As áreas de risco estrutural.** Matemática, Física e Música exigem atenção específica, pois o baixo desempenho independe de categoria e modalidade.
- **A imprevisibilidade regulatória.** Critérios divulgados após a prova e bases em revisão (Enamed) comprometem a segurança jurídica, inclusive para quem faz o certo.

7.3 Oportunidades

O quadro favorece, em vários pontos, a instituição confessional regional, que já reúne os atributos que os dados premiam. As principais oportunidades:

- **Qualidade pronta para escalar.** A consistência comprovada nas duas avaliações é um ativo competitivo; ela reduz o risco percebido na decisão do candidato e diferencia a instituição num mercado em que metade dos cursos privados está em faixa de risco.
- **Liderança onde há escala.** Nas universidades e nos centros universitários – onde a instituição católica se concentra –, a vantagem sobre a rede privada convencional é estrutural, não circunstancial.
- **Expansão qualificada no interior.** Nordeste e Centro-Oeste já superam a média privada com presença confessional incipiente; o Norte é campo aberto. Crescer ali significa construir base institucional, não apenas abrir vagas.

7.4 O novo marco da EaD e a instituição confessional

O Decreto n. 12.456/2025 reorganizou as modalidades – presencial (mínimo de 70% de carga horária presencial), semipresencial e EaD (mínimo de 20% de atividades presenciais ou síncronas) –, vedou a EaD pleno em licenciaturas e, na maior parte da saúde, criou a figura do mediador pedagógico e concedeu dois anos de adequação. Para a instituição confessional, esse desenho é, em boa medida, uma janela, não apenas uma restrição.

FRENTE	O QUE O MARCO IMPÕE	LEITURA PARA A IES CONFSSIONAL
Semipresencial	Carga horária presencial mínima e atividades síncronas	A instituição com <i>campus</i> e laboratórios já instalados parte na frente.
Infraestrutura	Polos com atividades práticas físicas	Ativo já existente vira diferencial competitivo, não custo novo.
Corpo docente	Mediador pedagógico e docência qualificada	Tradição de corpo docente denso é vantagem estrutural.
Identidade regional	Vínculo direto estudante–man–tenedora	Marca e relação com a comunidade tornam-se ativo de captação.
Prazo de 2 anos	Janela de adequação até 2027	Tempo para redesenhar modelos e firmar parcerias locais.

Tabela 14. O novo marco da EaD lido como oportunidade de gestão para a IES confessional. Fonte: elaboração do IPGC a partir do Decreto nº 12.456/2025.

O sinal de fundo. A exigência de componentes presenciais favorece instituições que já têm estrutura física e proximidade com a comunidade – perfil típico da confessional regional. A diversificação da oferta (presencial e

semipresencial diferenciados), a valorização de programas presenciais distintos dos polos de marcas externas e as parcerias locais com empresas e poder público são caminhos concretos para transformar a adequação obrigatória em posicionamento.

7.5 O tabuleiro: escala × relevância e o pensamento em rede

A estrutura do setor define o jogo competitivo. Os grandes grupos são **conglomerados de escala** – eficiência em escala, inteligência de dados e gestão unificada. A instituição confessional regional não compete nesse terreno e não precisa: o caminho é construir um **conglomerado de relevância** (marca e identidade local, relação com a comunidade e foco em empregabilidade). Os dados de 2025 mostram que esse segundo modelo, quando bem governado, entrega mais qualidade do que o primeiro.

Há, porém, um limite real de escala que a instituição isolada não cobre sozinha, pois tecnologia, dados e expertise têm custo fixo elevado. A resposta que o próprio setor já estrutura é o **pensamento em rede**: soluções compartilhadas que rateiam custo, reduzem a desigualdade competitiva e dão à instituição menor acesso ao que antes só a escala oferecia, sem que ela perca a relevância local. Para a confessional católica, cuja identidade é justamente o ativo mais difícil de replicar, a cooperação em rede é a forma de obter escala sem abrir mão da missão.

7.6 Recomendações estratégicas

- **Olhar para dentro antes de olhar para a régua.** Mapear quais áreas de licenciatura têm concluintes com proficiência abaixo da média e cruzar esse dado com o conceito do curso, porque proficiência e conceito podem contar histórias diferentes, e a distância entre eles é onde mora a oportunidade de melhoria.
- **Gerir o risco regulatório por área, não por instituição.** Cursos em faixas 1 e 2 perdem o bônus de renovação automática e entram em monitoramento. Priorizar o saneamento acadêmico onde há concentração de conceitos baixos, sobretudo em Matemática, Física e Música.
- **Manter dossiê técnico por curso.** Auditar resultados pelos microdados e registrar manifestações formais diante de discrepâncias, em especial no Enamed, cujos dados seguem sujeitos a recursos e onde há cursos com excelência in loco e nota discente baixa.

- **Proteger e fortalecer o ativo de governança e identidade.** É o que melhor explica o resultado e o que melhor resiste a mudanças regulatórias. Projeto pedagógico vivo, acompanhamento próximo de indicadores e propósito educacional definido são o caminho que os números apontam e que a instituição confessional com missão clara já percorre.
- **Usar a janela de adequação como projeto, não como conformidade.** Os dois anos de transição do novo marco são tempo para redesenhar modelos pedagógicos, investir em infraestrutura de prática e firmar parcerias regionais, de modo a converter a restrição em diferenciação.

8.

Conclusão

Os seis achados consolidados centrais do relatório:

#	ACHADO	EVIDÊNCIA
1	Liderança católica nas licenciaturas	78,5% de cursos satisfatórios, +9,3 pp sobre a rede pública (69,2%)
2	Liderança confessional em Medicina	94,4% de satisfatórios, próximo das federais (95,1%); católicas 100%
3	Modalidade não explica o resultado	Na mesma EaD: confessional/comunitário 70,1% x grandes grupos 7,4%
4	Escala sem ancoragem concentra o risco	Grandes grupos: 18% dos cursos EaD, mas 62% dos formados abaixo do padrão
5	Proporcionalidade regulatória em questão	17 cursos com Enamed 1 têm 100% de CC 4-5 (excelência <i>in loco</i>)
6	Governança e identidade explicam o desempenho	Projeto pedagógico, indicadores acompanhados e propósito definido

Tabela 15. Síntese dos seis achados. Fonte: elaboração do IPGC.

Os indicadores de 2025 sustentam, com convergência rara entre duas avaliações tão distintas, uma única leitura: a qualidade da formação superior não é função da modalidade, do porte ou da natureza jurídica; é função da governança e da identidade institucional. Nas licenciaturas, as instituições católicas lideram com 78,5% de cursos satisfatórios, superam a rede pública e entregam, na mesma EaD, dez vezes o resultado dos grandes grupos de escala. Em Medicina, repetem o desempenho das federais, com as instituições católicas registrando 100% de cursos satisfatórios.

Para o gestor confessional católico, o recado é estratégico antes de ser regulatório. A instituição que dirige reúne, por vocação e por história, os atributos que os dados premiam. Em um cenário de ciclos avaliativos mais curtos, marco regulatório em transição e qualidade acadêmica convertida em variável de risco, esse é o ativo a proteger e a fortalecer. A evidência também oferece à educação católica um mandato no debate público: demonstrar que acesso e qualidade na formação docente não são escolhas opostas e que o modelo confessional sabe entregar os dois.

Permanece a ressalva técnica: os resultados do Enamed seguem sujeitos a recursos, e o Conceito Preliminar de Curso das licenciaturas ainda não foi divulgado. Nenhuma das conclusões deste relatório deve ser lida como juízo definitivo sobre instituições individuais. O propósito é mapear padrões setoriais com rigor e proporcionalidade, para que cada instituição possa se enxergar no dado, e não se perder nele.



9.

Considerações finais e encaminhamentos da ANEC às associadas

Os resultados consolidados neste relatório evidenciam que a educação superior católica ocupa posição estratégica no cenário nacional. Isso não apenas pela tradição histórica e capilaridade institucional, mas pela qualidade comprovada dos cursos em duas áreas decisivas para o país: a formação de professores e a formação médica.

O desempenho das instituições católicas no Enade das Licenciaturas e das instituições confessionais e comunitárias no Enamed demonstra que a missão educacional, quando articulada à governança, a projeto pedagógico consistente, a acompanhamento de indicadores e a compromisso público, produz resultados acadêmicos robustos e socialmente relevantes.

A principal contribuição do relatório está em deslocar o debate de explicações simplificadoras para uma leitura institucional mais rigorosa. Os dados indicam que a modalidade de oferta, tomada isoladamente, não explica o desempenho dos cursos. A comparação entre diferentes segmentos na EaD evidencia que o problema não está na modalidade em si, mas nos modelos de governança, acompanhamento acadêmico, escala, tutoria, vínculo institucional, qualidade do projeto pedagógico e compromisso com a aprendizagem. Essa constatação é fundamental para a atuação da ANEC no debate regulatório, especialmente diante do novo marco da educação a distância e das restrições impostas às licenciaturas.

Do ponto de vista estratégico, o relatório confirma a pertinência do Mapa Estratégico da Câmara de Ensino Superior da ANEC. Os achados reforçam

a necessidade de consolidar o Sistema de Inteligência do Ensino Superior, fortalecer a Agenda Permanente de Incidência Regulatória, intensificar os Programas Acadêmicos Prioritários, ampliar as soluções formativas para alta gestão e qualificar a presença institucional da ANEC nos espaços de formulação de políticas públicas. A Câmara de Ensino Superior deve, portanto, assumir este relatório como documento estruturante da agenda técnica, política e formativa.

Como primeiro encaminhamento, recomenda-se que as associadas realizem uma leitura interna dos resultados por curso, área, modalidade, proficiência, conceito e exposição regulatória. Cada instituição deverá constituir ou fortalecer os próprios dossiês técnicos por curso, articulando dados do Enade, Enamed, CPC, Conceito de Curso, indicadores internos de permanência, evasão, desempenho discente, avaliação docente, estágio, práticas formativas e acompanhamento de egressos. Essa leitura deve ser conduzida pelos NDEs, pelas coordenações de curso, pelas pró-reitorias acadêmicas, CPA e instâncias de regulação, de forma a evitar respostas genéricas e priorizar planos de ação por área.

Como segundo encaminhamento, a ANEC institui uma agenda específica de acompanhamento das licenciaturas, com atenção prioritária às áreas que apresentaram maior vulnerabilidade nacional, especialmente Matemática, Física e Música, sem desconsiderar a necessidade de fortalecer todos os cursos de formação docente. Essa agenda contempla seminários técnicos, grupos de trabalho por área, socialização de boas práticas, construção de trilhas de recomposição formativa, revisão dos projetos pedagógicos, qualificação dos estágios, fortalecimento da relação com as redes de Educação Básica e preparação sistemática para as próximas edições do Enade e da Prova Nacional Docente.

Como terceiro encaminhamento, recomenda-se a criação de uma frente permanente de acompanhamento do Enamed e da educação médica, de modo a considerar o peso regulatório crescente do exame, sua interface com a residência médica e as inconsistências metodológicas ainda apontadas na primeira edição. A ANEC apoiará as associadas na análise dos resultados, na organização de recursos e nas manifestações técnicas (quando cabíveis), na construção de indicadores próprios de qualidade médica e na defesa da proporcionalidade regulatória, especialmente quando houver divergência entre resultados de prova discente e avaliações in loco com conceito elevado.

Como quarto encaminhamento, a ANEC utilizará os dados deste relatório como base para incidência no MEC, no INEP, no CNE, no Congresso Nacional e nas demais instâncias decisórias. A evidência de que as instituições confessionais e

comunitárias apresentam desempenho superior ao conjunto do setor privado precisa ser comunicada de modo estratégico, técnico e institucional, de forma a contribuir para a construção de políticas públicas mais proporcionais, baseadas em evidências e capazes de distinguir modelos institucionais comprometidos com qualidade daqueles marcados por expansão sem ancoragem acadêmica suficiente.

Como quinto encaminhamento, a Câmara de Ensino Superior transforma este relatório em uma agenda de devolutiva às associadas, por meio de encontros regionais, reuniões com reitores e pró-reitores, reuniões dos grupos de trabalho permanentes, materiais executivos, boletins técnicos e painéis de indicadores. Essa devolutiva fortalece o sentimento de pertencimento das associadas à ANEC, amplia a cultura de uso de dados para decisão institucional e consolida a entidade como referência nacional em inteligência estratégica para a educação superior católica.

Como sexto encaminhamento, a ANEC deverá fortalecer a comunicação pública dos resultados e preservar o rigor técnico. O relatório evidencia liderança e qualidade, reconhece exceções, riscos e desafios. Essa postura é coerente com a identidade da educação católica, que não instrumentaliza os dados, mas os utiliza para aprimorar a missão. A comunicação institucional deverá destacar que a qualidade católica se sustenta em projeto educativo, presença comunitária, compromisso com a formação integral, governança acadêmica e responsabilidade social.

Por fim, este relatório deve ser compreendido como ponto de partida para uma política permanente de monitoramento da qualidade da educação superior católica no Brasil. A ANEC, por meio da Câmara de Ensino Superior, avança na constituição de um sistema contínuo de inteligência, capaz de reunir dados regulatórios, acadêmicos, financeiros, territoriais e pastorais das associadas. Tal iniciativa permite antecipar riscos, orientar decisões, apoiar a sustentabilidade institucional e ampliar a capacidade de incidência da ANEC nos grandes debates nacionais.

Diante dos resultados apresentados, a ANEC reafirma o compromisso com as instituições associadas e com o fortalecimento da educação superior católica, comunitária e filantrópica no Brasil. A defesa da qualidade, da autonomia universitária, da formação integral, da responsabilidade pública e da identidade institucional deverá orientar os próximos passos da Câmara de Ensino Superior. O desafio que se impõe não é apenas responder aos indicadores, mas transformá-los em instrumento de missão, gestão, incidência e cooperação em rede.



Referências

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Institui a Política Nacional de Educação a Distância. Brasília, 2025.

BRASIL. Lei nº 15.344, de 12 de janeiro de 2026. Institui a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica — Programa Mais Professores para o Brasil. Brasília, 2026.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036. Brasília, 2026.

INEP/MEC. Enamed 2025 – Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (1ª edição). Portaria Inep nº 413/2025. Brasília, 2025.

INEP/MEC. Prova Nacional Docente (PND) 2025 – resultados. Brasília, 2025.

INEP/MEC. Enade das Licenciaturas 2025 – resultados e Conceito Enade. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2026.

MEC. Portaria nº 378/2025 e Portaria nº 506/2025 – regulamentação da oferta de cursos de graduação a distância. Brasília, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS DO GRUPO CRÁTILO (IPGC). Panorama da Educação Superior Particular nas Regiões Brasileiras. São Paulo, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS DO GRUPO CRÁTILO (IPGC). Indicadores de qualidade

das licenciaturas no Brasil – Enade 2025. São Paulo, 2026.

INSTITUTO DE PESQUISAS DO GRUPO CRÁTILO (IPGC). Indicadores de qualidade da Educação Médica nas Instituições Comunitárias e Confessionais – Enamed 2025 (parceria ANEC). São Paulo, 2026.

BARRETO, B. A. A. 21 pontos essenciais do Novo Marco Regulatório do EaD. Negócios em Educação, 2025.

BARRETO, B. A. A. Comunitárias e Confessionais: a excelência silenciosa na Medicina. Negócios em Educação, 2026.

BARRETO, B. A. A. Análise Crátilo: Enamed reprova cursos de excelência comprovada pelo MEC. Negócios em Educação, 2026.

BARRETO, B. A. A. Proibido por decreto: o EaD que entregava 70% pagou pelo que entregava 7%. Negócios em Educação, 2026.

BARRETO, B. A. A. Extinto por decreto, aprovado pelo Enade: o que os dados das licenciaturas revelam. Negócios em Educação, 2026.

INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2024. Brasília, 2025.

OECD. Education at a Glance 2025. Paris: OECD Publishing, 2025.

UNESCO-IESALC. Higher Education Global Trends Report. Paris: UNESCO, 2026.



ANEC

Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil